

-----**ATA N.º 4/2013**-----

-----Aos 06 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** informou que o Senhor Presidente da Câmara, não podia comparecer à presente reunião, por motivos de representação do Município. -----

-----**O Executivo considerou a falta justificada.**-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24/1/2013**-----

-----Foi presente a ata n.º 3, da reunião ordinária do Executivo de 24/1/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, por não ter estado presente na referida reunião.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público.-----

-----Esteve presente nesta reunião o Senhor Manuel Cruz para expor duas situações. Começou por questionar se o estacionamento na Avenida Casas de Soeiro já estava regulamentado, uma vez que a GNR tem atuado, aplicando as respetivas coimas aos condutores.-----

-----De seguida e referindo-se à Associação Social de Apoio aos Mais Necessitados do Concelho de Celorico da Beira, disse que havia apresentado uma candidatura junto do Gabinete de Ação Social, para o evento realizado a 16/9/2007, denominado, II Convívio de Idosos – Sta. Eufêmea, cujo montante era de 1800€, sendo que, até à data apenas foram pagos 175€, faltando o montante de 1625€. Tendo-se deslocado à Secção de Contabilidade da autarquia, foi informado de que não existia qualquer deliberação para pagamento desse valor.-----

-----Deu conhecimento de que em reunião de câmara de 3/2/2010, foi deliberado atribuir um subsídio no valor de 1500€ à Associação acima mencionada, no entanto, até à data apenas foi pago o valor de 1000€, faltando o montante de 500€. Deu ainda conhecimento de que apresentou uma candidatura no âmbito do PAA, no Gabinete de Ação Social e até à data não obteve qualquer resposta, sobre a mesma.-----

-----Relativamente à Associação Social de Apoio aos Mais Necessitados, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que irá efetuar um

levantamento das situações relatadas pelo Senhor Manuel Cruz, bem como, da candidatura apresentada, sendo que, posteriormente será dado conhecimento da situação. -----

-----Sobre a sinalização das Casas de Soeiro, começou por dizer que a sinalização colocada em 2004 comprometia a circulação dos veículos com reboque de dois ou mais eixos, cujo reboque tivesse um peso total ou superior a 2 toneladas. Posteriormente, este executivo deliberou que os veículos ou conjunto de veículos de comprimento superior a 8m pudessem entrar na Avenida Casas de Soeiro para cargas e descargas. Relativamente ao estacionamento, deu conhecimento de que os residentes foram informados pela GNR de que não poderia haver estacionamento na Avenida, sendo que, os serviços técnicos da autarquia estão a efetuar um estudo sobre a possibilidade de se poder vir a estacionar nesse local. -----

-----Foi chamada a estar presente, nesta reunião, a técnica Carla Nabais, para prestar esclarecimentos sobre este assunto. -----

-----A técnica esclareceu que de acordo com o art.º 50.º, do Código da Estrada, é proibido o estacionamento, desde que obrigue à utilização da parte da faixa de rodagem destinada ao sentido contrário, uma vez que a estrada não tem largura suficiente. No entanto, irá efetuar um estudo da possibilidade de estacionamento, através da deslocação da sinalização horizontal indicadora do eixo da via, no sentido da eventual disponibilidade de espaço para estacionamento numa das faixas de rodagem. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** dirigindo-se ao munícipe, pretendeu saber desde quando é que as coimas da GNR foram aplicadas, acrescentando que o Senhor Manuel Cruz deveria agradecer ao executivo em exercício, a “guerra” que fez relativamente ao estacionamento de pesados na Avenida das Casas de Soeiro, originando toda esta situação.

Questionou também, quantas estradas ou ruas do concelho de Celorico da Beira, reúnem as condições descritas pela técnica. -----

-----No que concerne aos subsídios atribuídos à Associação Social de Apoio aos Mais Necessitados do Concelho de Celorico da Beira, disse que apenas reflete a postura deste executivo e a forma como dá continuidade às deliberações. -----

-----Sobre o estacionamento da Avenida das Casas de Soeiro, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que, para o Senhor Vereador Victor Santos este assunto tornou-se pessoal. Começou por esclarecer o que provocou toda esta situação, dizendo que existe um armazém nessa zona, cujo proprietário tem o seu veículo “TIR” estacionado em frente do mesmo, ou seja, na Avenida. Referiu que ao lado desse mesmo armazém existe uma casa e o proprietário não tem visibilidade suficiente para sair de automóvel da sua propriedade. Na altura alertou para a possibilidade da viatura ser retirada deste, para outro local. Disse ter sido acusado de perseguição política contra a Senhora Helena Achando, o que não corresponde à verdade, uma vez que nunca fez qualquer acusação ou participação junto da GNR, apenas ligou para o Senhor Comandante, pretendendo saber qual a melhor solução para esta situação, para que as partes se entendessem. Disse novamente, que não irá admitir este tipo de insinuações e tem provas através de atas das reuniões de Câmara, bem como, documento emitido pela GNR, de que não existe qualquer denúncia feita por parte do Vice-Presidente da Câmara, relativamente a este assunto, sendo que, já deu conhecimento do mesmo em reunião de Câmara de 21/11/2012. Disse que na freguesia de Casas de Soeiro consta que a culpa de toda esta situação é do Vice-Presidente da Câmara. Na sua opinião, é somente uma questão pessoal de alguém, que quer fazer uma bandeira política deste assunto e envolver o seu nome. -----

-----Deu também conhecimento de que o camião de recolha de RSU's e o autocarro de transporte escolar foram interditados de entrar na Avenida,

criando situações complicadas no que respeita à saúde pública com a não recolha do lixo, bem como, as crianças que passaram a ficar junto ao estabelecimento Mini-Preço, fazendo o restante percurso a pé, o que em dias de frio e chuva se torna complicado. -----

-----Referiu que já havia solicitado à técnica Carla Nabais, para estudar a situação de forma a permitir o estacionamento, pelo menos de um dos lados, para que os munícipes de Casas de Soeiro não fiquem prejudicados, no cumprimento do Código da Estrada. -----

-----Para finalizar, disse que neste assunto não existem questões pessoais e que a partir de hoje qualquer pessoa que faça este tipo de acusações contra o Vice-Presidente da Câmara, terá de o provar junto dos órgãos competentes.-----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** considera que deve ser estudada uma solução para esta situação, porque os habitantes de Casas de Soeiro não podem ser prejudicados, até porque, se forem analisados os estacionamentos na Vila de Celorico, nomeadamente na Rua 25 de Abril, em nenhum está a ser cumprido o que está estipulado no Código da Estrada, no entanto, as mesmas regras estão a inviabilizar o estacionamento nas Casas de Soeiro, conforme explicação da Técnica do Município. -----

-----A técnica referiu que na verdade o estacionamento na Rua 25 de Abril não cumpre o Código da Estrada, tal como outros arruamentos da Vila, e que esse cumprimento implicaria a redução substancial do número de lugares de estacionamento disponíveis. Mais informou, que na Rua 25 de Abril, existe um parquímetro, cuja colocação foi objeto de aprovação por parte da Câmara Municipal. Aquando da aprovação do Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, a técnica alertou os seus superiores que deveriam ser retirados os estacionamentos desse local, mas sempre lhe foi comunicado que pela proximidade ao

comércio/serviços os mesmos não deveriam ser eliminados, pois iria prejudicar os comerciantes, dada a falta de lugares de estacionamento no centro da Vila.-----

-----Afirmou ainda, que, o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, foi aprovado pelo Executivo Municipal e pela Assembleia Municipal e que embora contrariando os pareceres técnicos emitidos em respeito ao Código da Estrada, as deliberações foram tomadas e o Regulamento foi aprovado.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** entende que o princípio da equidade no Município de Celorico da Beira deve ser cumprido, no entanto, as ruas de Celorico da Beira não têm capacidade para estacionamento, uma vez que não cumprem com o estipulado no Código da Estrada. Aquando da aprovação da sinalização de trânsito e painéis adicionais para a freguesia de Casas de Soeiro na reunião de Câmara de 7/11/2012, disse que se havia retirado da reunião por não concordar com a votação. Disse que este assunto foi alvo de uma informação por parte da técnica, que na sua opinião foi manipuladora, tendo omitido informações.-----

-----Mantem a sua opinião, de que toda a situação que se criou foi devido a questões pessoais, com o único objetivo de atingir uma pessoa em concreto e que no presente, tal como tinha alertado na altura, está a prejudicar toda a população de Casas de Soeiro.-----

-----A técnica informou o Senhor Vereador que as suas informações são elaboradas de acordo com a Lei e devidamente fundamentadas, não se revê nas palavras do Senhor Vereador, uma vez que a sua conduta enquanto Técnica do Município é idónea e imparcial. -----

-----Questionou o Executivo se pretendiam que, os outros arruamentos da Vila, em situação idêntica, nomeadamente os da Rua 25 de Abril fossem revistos em termos de estacionamento, tendo o executivo

esclarecido que, apenas se pretendia que fosse analisada e encontrada uma solução para a Avenida das Casas de Soeiro. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** solicitou uma certidão das intervenções feitas, bem como, que este assunto fosse remetido ao Gabinete Jurídico para análise. Disse que o Senhor Vereador Victor Santos terá de dizer em Tribunal quem é a pessoa que pretende atingir com toda esta situação, assim como, qual foi a informação técnica que foi manipulada. -----

-----Solicitou à técnica Carla Nabais um estudo para a possibilidade de todo tipo de estacionamento na Avenida Casas de Soeiro, uma vez que não é intenção deste executivo prejudicar os munícipes do concelho de Celorico da Beira. -----

-----Referindo-se à Associação Social de Apoio aos Mais Necessitados do Concelho de Celorico da Beira, o Senhor **Vereador António Silva** disse que após consulta à secção de contabilidade, a candidatura a que se refere o Senhor Manuel Cruz com data de 16/9/2007, para atribuição de um subsídio, não existe. Relativamente ao subsídio atribuído a 3/2/2010 no valor de 1500€, informou que foram pagos 750€ em 2/11/2011 e 250€ em 24/2/2012, estando por pagar 500€, situação que será resolvida. Sobre a candidatura no âmbito do PAA, apresentada no Gabinete de Ação Social, disse que deverá apresentar uma exposição dirigida ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** solicitou novamente que lhe fosse disponibilizado documento sobre as obras que irão decorrer na Serra de Prados, bem como, planta do parque onde irão ser instaladas as torres, solicitação que já havia feito na última reunião ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com duas abstenções dos Senhores João Duarte e Victor Santos, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**PEDIDO DE REVISÃO DE RENDA DE HABITAÇÃO SOCIAL;**-----

-----**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;**-----

-----**EMCEL – Art.º 62.º, DA LEI N.º 50, DE 31 DE AGOSTO DE 2012;**---

-----**EMCEL – ENCERRAMENTO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2012;**---

-----**RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS AO CONCURSO PÚBLICO POR LOTES, PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DE CINCO CAMINHOS AGRÍCOLAS NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA”.**---

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: 2.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2013 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia 28/1/2013, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, referente à 2.ª Alteração ao Orçamento e GOP's de 2013, dada a urgência na transição de compromissos de 2012 para 2013, documento que se anexa a esta ata,

considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Esteve presente nesta reunião o técnico José Tavares para prestar esclarecimentos sobre este assunto. -----

-----O técnico começou por dizer que após a aprovação da 1.ª alteração ao orçamento tentou-se proceder à transição da dívida, mas no entanto, a aplicação informática obriga ao cabimento das dívidas no tempo, resultando dos acordos de pagamento entre o Município e diversas entidades. Apesar dessas dívidas apenas contarem como compromissos nas datas das respetivas prestações, a aplicação obriga ao cabimento pela totalidade, situação essa, que era desconhecida, visto que o módulo informático para a transição da dívida é novo e obriga à transição da dívida toda de uma vez por força da Lei dos Compromissos, não deixando escolher que dívidas transitar, nem quando transitar, como acontecia nos anos anteriores. -----

-----**Nos termos da Lei, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores João Duarte e Victor Santos, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de 28/1/2013, relativo à 2.ª Alteração ao Orçamento e GOP's de 2013.** -----

-----**2 - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS** -----

-----**2.1 - ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM NOME DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA, COM ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2012 - REDUÇÃO DE CAUÇÃO** -----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de 31/1/2013, com o registo interno n.º 328, referindo que no caso da operação urbanística identificada em epígrafe, foi prestada caução no valor de 162.512,26€, através de garantia bancária da Caixa Geral de Depósitos.

-----O montante da caução é igual ao valor constante dos orçamentos para execução dos projetos das obras a executar e esse montante pode ser reduzido em conformidade com o andamento dos trabalhos a requerimento do interessado, conforme previsto na alínea b), do n.º 4, do artigo 54.º, do RJUE.-----

-----Foi reduzido o montante da caução inicial prestada, por deliberação do executivo de 7/12/2012, tendo passado a caução prestada a favor da Câmara Municipal a ter o valor de 133.598,13€. Em reunião do executivo de 19/12/2012, foi deliberada nova redução da caução, passando a mesma a ser de 109.630,33€.-----

-----Apresenta agora o requerente novo pedido de redução da caução em 13.972,88€. O medidor-orçamentista da Câmara Municipal, em informação de 29/1/2013, confirma que os trabalhos identificados pelo requerente, correspondentes ao montante solicitado, se encontram realizados. Mais informa que o conjunto das reduções efetuadas ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 54.º, do diploma já referido não pode ultrapassar 90% do montante inicial da caução, sendo o remanescente libertado com a receção definitiva das obras de urbanização, conforme determinado no n.º 5, do mesmo artigo.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, nos termos da alínea b), do n.º 4, do art.º 54.º, do RJUE, no que diz respeito à redução de caução prestada para o valor de 95.657,45€, correspondente aos trabalhos já executados, relativamente ao Loteamento da Comissão de Melhoramentos da Carrapichana.**-----

-----**2.2 - ASSUNTO: PEDIDO DE CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Agostinho Pacheco Portugal**-----

-----Foi presente requerimento n.º 456, datado de 14/1/2013, relativo ao processo n.º 4/2013, em nome de Agostinho Pacheco Portugal, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Corredoura, freguesia de São Pedro, inscrito sob o artigo matricial n.º 613, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º, do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo foi construído antes de 1951. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1989 e que se reporta a uma habitação. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação foi construída antes de 1951, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente. -----

-----2.3 - ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - DESFILE DE CARNAVAL -----

-----**Requerente: Agrupamento de Escolas** -----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 29/2013, datada de 31/1/2013, com o registo interno n.º 317, referindo que o requerente pretende realizar um desfile de Carnaval no dia 8/2/2013, pelas ruas da Vila de Celorico da Beira, entre as 11h e as 12:30h e tendo sido entregue o parecer favorável das forças de segurança competentes, dando cumprimento à alínea d), do artigo 7.º, do Decreto Regulamentar N.º 2-A/2005, de 24 de março, informam que não há inconveniente na realização do mesmo. -----

-----Segundo a alínea b), do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, “Estão isentos de taxas e preços: b) O Estado e quaisquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, bem como os municípios, freguesias e as suas associações, nos termos da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro”, pelo que, se encontra o requerente isento de taxas municipais pelo evento a realizar. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a ocupação da via pública, para a realização do Desfile de Carnaval no dia 8/2/2013, pelas ruas da Vila de Celorico da Beira, entre as 11h e as 12:30h, estando o requerente isento de taxas municipais.** -----

-----**Devem os Serviços Administrativos desencadear os procedimentos constantes da informação técnica.** -----

-----**3 - GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**3.1 - ASSUNTO: ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TARIFA DE 1.ª COLOCAÇÃO DE CONTADOR E DA TAXA DE CONSERVAÇÃO E TARIFA DE SANEAMENTO**-----

-----**Requerente: Alda da Piedade Abrantes Cabral**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 30/1/2013, com o registo interno n.º 292, dando conhecimento de que foi solicitado pela requerente isenção de pagamento de tarifa de 1.ª colocação de contador e da taxa de conservação e tarifa de saneamento. -----

-----Nesta sequência e após a análise, por parte da técnica de serviço social da autarquia, concluiu tratar-se de uma situação de carência, pelo que é da opinião que deve ser concedida a isenção, nos termos do artigo 46.º, n.º 1, alínea a) e c), do Capítulo VII, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água. -----

-----A Câmara, com base na informação técnica, deliberou por unanimidade, isentar do pagamento de colocação de tarifa de 1.ª colocação de contador e da taxa de conservação e tarifa de saneamento, a requerente Alda da Piedade Abrantes Cabral.-----

-----3.2 - **ASSUNTO:** PEDIDO DE TRANSPORTE OU AJUDA FINANCEIRA PARA TRANSPORTE - HIPOTERAPIA NA CERCIG (GUARDA)-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, datada de 28/1/2013, com o registo interno n.º 258, dando conhecimento de que foi solicitado transporte ou ajuda financeira à autarquia, para que a menor Melissa Maria Martins Ferreira Almeida, possa frequentar as sessões de Hipoterapia na CERCIG da Guarda, às terças-feiras das 9:30h às 10h e quintas-feiras das 11h às 11:30h. Mais informa que o valor do transporte em ambulância é de 26,52€ por dia.-----

-----O Gabinete de Ação Social é de parecer que se conceda apoio financeiro para a menor poder frequentar 1 vez por semana as referidas sessões, visto a menor ter paralisia cerebral. -----

-----Assim, o valor global estimado para o transporte da menor até julho de 2013 é de 689,52€, sendo que os dias que a menor não possa frequentar não serão pagos, ficando a encarregada de educação de apresentar comprovativos da frequência das sessões, bem como, no final de cada mês o recibo referente ao transporte efetuado. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o agregado familiar em causa, não tem condições financeiras para efetuar o transporte solicitado. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por questionar se o Gabinete de Ação Social diligenciou no sentido de encontrar outras alternativas para este caso, nomeadamente a prescrição das sessões pela

médica de família, sendo que, o transporte poderia ser compartilhado a nível do Serviço de Saúde.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** é de opinião que a menor deveria frequentar as sessões de Hipoterapia duas vezes por semana, no entanto, considera que o valor do transporte apresentado está inflacionado, devendo o Gabinete de Ação Social estudar outras alternativas de transporte junto da referida Instituição. -----

-----Face ao exposto, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** propôs que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos, devendo o Gabinete de Ação Social instruir devidamente o processo, procurando as alternativas possíveis, por forma a ajudar este agregado familiar e minimizando os custos para a autarquia.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos, devendo o Gabinete de Ação Social instruir devidamente o processo.**-----

-----**4 - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DO CONCELHO - DESPERTAR DO SILÊNCIO**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente ofício n.º 8, datado de 14/1/2013, da Associação de Surdos da Guarda, com o registo de entrada n.º 926, referindo que por ocasião da comemoração do 13.º aniversário da Associação, serão organizados um conjunto de atividades que ajude no convívio e enriquecimento cultural da comunidade surda e ouvinte, sendo alguns desses associados, residentes neste concelho de Celorico da Beira. Para minimizar os custos decorrentes dessas iniciativas a Associação vem solicitar a atribuição de um subsídio. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera que este pedido não está devidamente documentado, uma vez que nada consta relativamente às atividades que se propõem realizar, bem como, os associados residentes no concelho, que estas atividades irão abranger. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** concorda com o exposto pelo Senhor Vereador Victor Santos, propondo que o assunto seja encaminhado para o Gabinete de Ação Social, por forma a ser devidamente documentado, devendo ser presente a uma próxima reunião. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter este assunto ao Gabinete de Ação Social, para que o mesmo seja devidamente documentado, devendo ser presente a uma próxima reunião.**-----

-----**5 - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FAMÍLIAS NUMEROSAS**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO IMI**-----

-----Foi presente ofício da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, datado de 28/1/2013, com o registo de entrada n.º 981, remetendo uma proposta de alteração ao IMI que pretendem apresentar ao Governo e que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. A proposta tem como objetivo dar liberdade às Câmaras Municipais para, quando e como entenderem ser adequado, poderem efetuar alterações ao IMI em função do tamanho da família. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que no concelho de Celorico da Beira a característica das famílias numerosas deixou de existir, devido às condições sociais, no entanto, considera que poderá ser uma abordagem interessante, mesmo podendo não ter a aplicabilidade devida.--

-----Nesse contexto e inserida numa política de incentivo à fixação de população no Interior, propôs que fosse acrescentada à proposta, a

possibilidade de os Municípios terem autonomia para alargar o período de isenção fiscal, em termos de IMI, além do que já está estipulado. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, subscrever a proposta apresentada. Mais foi deliberado, pelo Executivo, sugerir que fosse acrescentada à proposta, a possibilidade de os Municípios terem autonomia para alargar o período de isenção fiscal, em termos de IMI, além do que já está estipulado.** -----

-----**PEDIDO DE REVISÃO DE RENDA DE HABITAÇÃO SOCIAL**-----

-----Foi presente ofício em nome da Senhora Maria Augusta Bigas Caetano, datado de 4/2/2013, com o registo de entrada n.º 1269, referindo que tendo sido realojada no âmbito do realojamento dos pré-fabricados do Bairro de Santa Luzia, no início de dezembro de 2012, foi-lhe atribuída uma renda no valor de 378,84€, a qual não pode suportar, uma vez que tem muitas despesas, solicitando que a sua prestação mensal seja revista.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** começou por dizer que esta Senhora tem uma renda apoiada, que foi calculada com base nos rendimentos do agregado familiar, no entanto, considera o valor excessivo face aos praticados no concelho. Esclareceu que existe um conjunto de situações a ter em conta, dizendo que aquando da demolição da casa pré-fabricada, a Senhora Maria Augusta vivia sozinha e a continuar, não teria que suportar as despesas da nova habitação.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber quais os critérios utilizados para o cálculo das rendas apoiadas, nomeadamente, para o valor apresentado no ofício da Senhora Maria Augusta. Considera que este pedido deveria ser analisado pelo Gabinete de Ação Social, sendo que, o mesmo deveria ser devidamente fundamentado. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que o cálculo da renda foi efetuado com base nas pensões do agregado familiar, no entanto, considera que esta é uma questão social, face ao exposto no ofício da Senhora Maria Augusta. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que para além deste agregado familiar, poderá haver outros, em situações análogas, pelo que, deverá ser feita uma análise dos critérios a todos os agregados familiares. No entanto, e para que a Senhora Maria Augusta não fique penalizada, face a outros agregados familiares, uma vez que aquando da demolição da habitação pré-fabricada vivia sozinha, propôs que os cálculos da renda sejam efetuados apenas com base no valor da sua pensão. -----

-----**Face à proposta apresentada, a Câmara deliberou, por unanimidade, remeter este assunto ao Gabinete de Ação Social, para que o cálculo da renda da Senhora Maria Augusta Bigas Caetano seja efetuado apenas, com base no valor da sua pensão.** -----

-----**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**-----

-----Foi presente para conhecimento, Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o Município de Celorico da Beira e o Senhor Rui Manuel dos Anjos da Cruz, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**EMCEL – Art.º 62.º, DA LEI N.º 50, DE 31 DE AGOSTO DE 2012**-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dar conhecimento da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto de 2012, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. De seguida, deu conhecimento do n.º

1, art.º 62.º, da citada Lei, onde consta que as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de 6 meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações: a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos 3 anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios; b) Quando se verificar que, nos últimos 3 anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas; c) Quando se verificar que, nos últimos 3 anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo; d) Quando se verificar que, nos últimos 3 anos, o resultado líquido é negativo. Deu também conhecimento de um quadro que foi elaborado com base nestes critérios, que mostra o comportamento da empresa ao longo dos anos de 2009/2012, que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Disse que a EMCEL nos últimos anos tem obtido resultados líquidos positivos, no entanto, nunca se pensou que iria existir uma Lei que limitasse a existência da Empresa Municipal perante tais rácios. Referindo-se à alínea a), do art.º 62.º, da Lei n.º 50, de 31/8 de 2012, onde refere que: as vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos 3 anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios, disse que em 2010 a empresa superou este objetivo, já em 2011 e 2012 o mesmo não aconteceu. Deu conhecimento de que a empresa tem tido uma redução bastante significativa de gastos a nível de pessoal. -----

-----Relativamente à alínea b), do mesmo artigo, onde refere: quando se verificar que, nos últimos 3 anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas, disse que tem sido política do Conselho de Administração reduzir os subsídios à exploração. Fazendo referência aos critérios contabilísticos, disse que em 2009 era aplicado o POCAL, a partir dessa data começou a ser usado o CNC, no entanto, os critérios de diferimento são completamente diferentes. -----

-----Disse ainda, que segundo esta Lei, a Empresa Municipal é objeto de dissolução caso não cumpra com uma das situações atrás descritas. Deu conhecimento de que está agendada uma reunião com a ANMP para tentar solucionar esta situação.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que existem duas situações a ter em conta, ou seja, tem de ser feita uma análise em termos contabilísticos e uma análise jurídica desta Lei. Considera que os critérios para dissolução da Empresa Municipal não são explícitos e como tal, é muito difícil tomar uma decisão.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que é necessário saber qual o entendimento da DGAL relativamente aos dados apresentados. Na sua opinião, existem fortes possibilidades de dissolução da Empresa Municipal durante o mês de fevereiro, no entanto, mesmo que isso não aconteça, será que a EMCEL vai cumprir estes critérios durante o próximo ano, ou seja, vão estar a adiar, o inevitável. Disse que esta Lei saiu em agosto e como tal este assunto já devia ter sido discutido. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que esta Lei é contínua e como tal vai ter a sua aplicabilidade no tempo. A intenção do Governo é reduzir. Considera que o executivo deveria ter uma palavra a dizer relativamente à continuidade, ou não, da empresa municipal, bem como, a sua importância para o concelho. Na sua opinião e face aos resultados apresentados a empresa não deveria encerrar, apesar de ainda depender do subsídio à exploração.-----

-----Concorda que este processo deveria ter tido um tratamento mais célere, mais houve vários condicionantes. Neste momento, para defender a continuidade da empresa municipal, é necessário uma fundamentação através de um parecer jurídico, bem como de um parecer da ANMP relativo

à interpretação desta Lei, porque subsistem dúvidas que poderão ser pertinentes e decisivas. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que não sabe se subscreverá o parecer do ROC, uma vez que irá onerar os cofres da autarquia. Relativamente à consulta à entidade competente para análise desta Lei, concorda que o mesmo seja feito.-----

-----**EMCEL – ENCERRAMENTO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2012**-----

-----Por proposta do Senhor Vereador António Silva, foi presente ofício da TOC da EMCEL, referindo que se encontram por encerrar as contas do exercício 2012, em sede de especialização do exercício e no apuramento dos valores registados nos custos do exercício, verificando-se a falta de afetação de proveitos, que se descriminam: Moinhos da Rapa – 1498,94€; Jardinagem – 4152,77€; Escolas – 993,94€ e Turismo – 12572,42€. -----

-----Verificou também que se encontram por faturar ao Município os serviços prestados na montagem de infraestruturas de apoio ao evento Parapente 2012, nomeadamente tendas e equipamentos de suporte, gastos que totalizam o montante de 9400,00€ + IVA. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que este pagamento vai ter um reflexo contabilístico, ou seja, vai existir uma faturação na empresa e vai entrar na câmara municipal uma despesa. Disse que na EMCEL deverá ser faturado e liquidado de acordo com a Lei dos Compromissos e apesar de a despesa ser apresentada no mês de fevereiro, deverá ter como prazo 31/12/2012, especializado ao exercício de 2012. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores João Duarte e Victor Santos, autorizar o pagamento dos serviços constantes na informação da Técnica Oficial de Contas da EMCEL.**-----

-----**RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS AO CONCURSO PÚBLICO POR LOTES PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DE CINCO CAMINHOS AGRÍCOLAS NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA”**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente informação do júri do concurso, datada de 6/2/2013, com o registo interno n.º 387, propondo:--

-----1. A aprovação do relatório final de análise das propostas, nos termos do n.º 4, do art.º 148.º, do Código de Contratos Públicos;-----

-----2. A adjudicação da empreitada, por lotes, às seguintes empresas: Lote 1 à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 38.361,85€; Lote 2 à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 91.543,65€; Lote 3 à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 170.324,00€; Lote 4 à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 47.102,50€ e Lote 5 à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 27.623,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores João Duarte e Victor Santos:**-----

-----**Aprovar o relatório final de análises de propostas, nos termos do n.º 4, do art.º 148.º, do Código de Contratos Públicos;**-----

-----**Adjudicar a obra da empreitada, por lotes, às seguintes empresas: Lote 1 à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 38.361,85€; Lote 2 à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 91.543,65€; Lote 3 à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 170.324,00€; Lote 4 à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 47.102,50€ e Lote 5 à firma Biosfera – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 27.623,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.**-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que apesar de os Senhores Vereadores terem recebido o convite para a Feira do Queijo, que se irá realizar nos dias 8, 9 e 10 de fevereiro do corrente ano, reiterava o convite, para estarem presentes no referido evento. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 13:30h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----